

## Apresentação do Dossiê: Continuidades Esquecidas e Rupturas Construídas entre Ditaduras e Democracias

### Dossier Presentation: Forgotten Continuities and Forged Disruptions Between Dictatorships and Democracies

\*Ana Carina Azevedo<sup>1</sup> 

#### Resumo

Independentemente do modo como se processaram, as mudanças de regime político são, por norma, analisadas sob a lente da ruptura, sendo dada uma atenção insuficiente aos elementos de continuidade presentes nos mais variados níveis. Neste texto de apresentação são abordadas algumas das questões teóricas subjacentes aos estudos apresentados no dossiê temático. São destacadas as problemáticas ligadas à divisão do tempo histórico e os impactos das escolhas relativas à definição das balizas cronológicas dos trabalhos de investigação; as questões que envolvem as noções de continuidade e mudança; e a centralidade destes temas nos estudos sobre transições políticas. Argumenta-se que o modo como o passado é interpretado é devedor da forma como estas problemáticas são ou não incorporadas e problematizadas pelos pesquisadores. No final, conclui-se que uma análise transversal entre regimes políticos permite esbater rupturas fictícias e identificar continuidades escondidas, transformando a nossa compreensão sobre o passado e sobre o seu impacto no presente.

**Palavras-chave:** séculos XX e XXI; metodologia; continuidades; rupturas; transições políticas.

#### Abstract

The analysis of political transitions, regardless of how they took place, is often focused on transformations and ruptures. The elements of continuity, which can be seen at multiple levels, are given insufficient attention. This introductory article will approach some of the theoretical questions featured in the thematic issue. Attention will be given to the division of historical time and to the consequences of the chronological beacons chosen for research projects; the notions of continuity and change will be studied; and the centrality of all those topics in the studies of political transitions will be debated. We argue that the interpretation of the past depends on how those issues are – or not – recognized by researchers. At the end, it is concluded that a transversal analysis between political regimes allows the recognition of fictional ruptures and the identification of hidden continuities, changing the understanding of the past and its influence on the present.

**Keywords:** 20th and 21st centuries; methodology; continuities; disruptions; political transitions.

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Centre for Functional Ecology (CFE-UC, Coimbra, Portugal). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6632-6861>.

## Introdução

Da Europa à América Latina e ao continente africano, são vários os exemplos de processos revolucionários ou de transição que, ao longo do século XX, colocaram fim a décadas marcadas por regimes ditatoriais. Independentemente das suas particularidades, a análise destes processos é tendencialmente marcada pelos conceitos de ruptura e/ou descontinuidade. Sob este prisma são feitas as reflexões sobre as alterações ocorridas ao nível do carácter e da organização do Estado, das suas formas de relação com os cidadãos, da definição de políticas públicas e das visões sobre a sociedade e a cultura. De fato, as mudanças de regime trazem consigo profundas alterações a todos os níveis. Contudo, poderá o foco nestas rupturas obscurecer continuidades menos visíveis, mas centrais para o entendimento destes processos? Da mesma forma, será a própria ideia de ruptura fruto de uma concepção política que coloca de parte vários outros segmentos da realidade? E ainda, poderá um foco demasiado forçado e simplista sobre as descontinuidades obscurecer as verdadeiras rupturas, aquelas que permeiam os processos de continuidade estrutural, orgânica ou teórica?

A visão apresentada neste dossiê temático não coloca em causa o conceito de periodização histórica. Como refere Brown (2001, p. 309), “periods are entities we love to hate”. Estes podem ser, de certo modo, uma projeção fictícia sobre o passado, sendo entendidos por alguns autores como meros artifícios que obscurecem mais do que revelam. Porém, trata-se de uma estratificação necessária, pois, além do seu carácter utilitário, atribuem ao pesquisador ferramentas que lhe permitem compreender dados históricos. Da mesma forma, também não é colocada em causa a existência de pontos de viragem abruptos na História, de verdadeiras rupturas políticas, económicas, sociais ou culturais, contrariamente ao que é defendido por algumas das teorias da continuidade. Como afirmou Michel Foucault (1968, p. 855), a ênfase na continuidade não pode atenuar a importância da mudança, sendo necessário definir e compreender as transformações operadas.

Porém, é importante caracterizar as origens e objetivos da primazia atribuída aos fenômenos de ruptura e descontinuidade nos estudos oriundos de várias áreas do saber, da Sociologia à Ciência Política, da História à Antropologia, do Direito à Literatura. Por um lado, porque os conceitos de ruptura utilizados manifestam, muitas vezes, a permanência do primado do político na análise da realidade. Este fato é bastante visível no caso português, onde uma simples pesquisa nos repositórios universitários demonstra como o dia 25 de abril de 1974, dia da Revolução que pôs fim ao Estado Novo, continua, na atualidade, a servir de baliza cronológica inicial ou final de estudos sobre os mais variados temas, inclusivamente daqueles que não se relacionam diretamente com a Revolução. Além dos claros prejuízos trazidos para a mais ampla compreensão das temáticas em estudo, poderão estas delimitações temporais artificiais, definidas sobre lógicas políticas, impedir análises transversais entre regimes, criando falsas noções de ruptura que se relacionam mais com a metodologia de análise aplicada do que com a realidade?

Por outro lado, a ênfase na ruptura carece, também, de explicações históricas, sociológicas e antropológicas. Muitas vezes, esta acaba por decorrer dos processos de polarização política dos tempos revolucionários ou de transição, quando se denota uma necessidade de corte com o passado, com os seus erros e formas de estar, enfatizando os aspectos negativos do regime anterior e caracterizando os positivos

como conquistas da nova política. É, igualmente, sinal da permanência de traumas, memórias e posições diferenciadas quanto ao passado, bem como resultado de políticas de neutralização da memória.

É interessante verificar que também o conceito de continuidade é muitas vezes usado unicamente sob parâmetros políticos, sendo comum muitos estudos atentarem sobre as permanências visíveis ao nível das estratégias e legados autoritários em períodos democráticos. Porém, raramente as investigações atentam sobre as continuidades visíveis entre regimes ao nível das instituições, indivíduos, discursos, representações ou políticas públicas. No entanto, sem esta compreensão, torna-se impossível identificar e analisar as origens de correntes, políticas e movimentos que, tendo sido iniciados durante a ditadura, apenas em democracia alcançaram as condições políticas necessárias para se poderem desenvolver. Numa época em que os extremismos ganham terreno globalmente, torna-se cada vez mais necessário desmistificar as noções simplistas e polarizadas em torno das transições entre regimes. Importa demonstrar que o completo entendimento do passado e dos mecanismos de memória é essencial para a compreensão de movimentos sociais atuais. Do mesmo modo, importa explicar que, muitas vezes, em épocas de ruptura política, agentes e organismos mantiveram a sua agenda, adaptando-se às novas condições.

Sob a lente da continuidade é possível responder a várias questões que nos ajudarão a compreender os próprios processos revolucionários ou de transição, bem como entender o modo como ideias, instituições e indivíduos se adaptaram a diferentes realidades políticas. Terão as mudanças de regime transformado totalmente a orientação de políticas públicas ou, pelo contrário, é possível encontrar nelas uma evolução que perpassa vários regimes? De que modo organismos e instituições fizeram a transição política, mantendo premissas semelhantes? Que elites se adaptaram às novas situações? Qual o nível de continuidade visível na economia, nos negócios, nas artes, na cultura? Que capacidade de adaptação a uma nova realidade política foi demonstrada por indivíduos, organismos, agendas pessoais e institucionais? Estas questões não esgotam a diversidade de problemáticas passíveis de estudo por várias áreas das Ciências Sociais e Humanas. Mas dar-lhes resposta é essencial para compreender a manutenção ou dissolução de ideias, projetos e programas que fizeram – ou não – o seu caminho entre a ditadura e a democracia.

Na base da problemática apresentada estão questões metodológicas já bastante estudadas e que, de um modo geral, giram em torno dos conceitos e debates sobre os vários tempos da História, nos quais se incluem as questões da periodização, da cronologia e dos ritmos da mudança. Como tal, e sem pretender inovar em temáticas que já foram extensamente analisadas pelos mais relevantes nomes das Ciências Sociais e Humanas, é importante trazer à colação algumas questões relacionadas com o *métodos* – o caminho em direção a –, que implica a busca dos meios adequados para chegar a uma conclusão (REIS, 2020, p. 439).

Recordando a primeira resposta de Carr (1986, p. 25) à pergunta central do seu livro *O que é a História?*, ele afirma que esta – e consequentemente o estudo do passado feito por qualquer uma das Ciências Sociais e Humanas – é “um processo contínuo de interação entre o historiador e os seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”. A argumentação de Carr interessa a este estudo devido à tónica colocada no papel do historiador enquanto decisor e organizador dos fatos históricos. Diz o autor que é o historiador quem decide a que fatos dar voz, por que ordem e em que contexto

(CARR, 1986, p. 10), acabando, assim, por decidir que eventos devem ser considerados fatos históricos. Richard Evans (2000, p. 90) contradiz a afirmação de Carr defendendo que os fatos históricos existem por si próprios, sendo independentes da atenção que lhes é ou não atribuída pelo pesquisador. Mas outros estudiosos chamariam, também, a atenção para o papel do historiador na construção histórica e no modo como atualmente o passado é olhado. Talcott Parsons sublinha ser a História um sistema seletivo, no qual o historiador seleciona os fatos que são importantes para os seus objetivos e enfatiza somente as sequências de causa e efeito que considera serem historicamente significativas (CARR, 1986, p. 88). Tal como sucede com o fato histórico, as causas seriam, igualmente, determinadas pela interpretação do historiador. Também Keith Jenkins afirmaria que, ao estudar História, não estamos estudando o passado, mas a construção histórica do passado perpetrada pelos historiadores (2003 *apud* EVANS, 2000, p. 111).

Não nos deteremos na análise destas considerações que foram já amplamente debatidas. A recordação destas discussões pretende somente chamar a atenção sobre o impacto das escolhas metodológicas dos pesquisadores nos resultados das investigações e no modo como o passado é interpretado, sobretudo no que diz respeito à definição das balizas cronológicas dos estudos e ao entendimento sobre os conceitos de continuidade e mudança. A definição de um âmbito cronológico para o estudo de determinado tema, apesar de constituir um passo importante e absolutamente necessário, implica a inclusão e exclusão de acontecimentos; aumenta a ênfase de certos elementos enquanto cria obstáculos à percepção de outros; e não tem necessariamente em conta que a História é composta por mais do que o tempo cronológico. Da mesma forma, continuidade e ruptura são conceitos com diversas significações e implicam, igualmente, diferentes formas de olhar o(s) tempo(s) e a sua velocidade. Os próximos pontos tentarão levantar algumas questões sobre as problemáticas apresentadas e o modo como estas influem nos estudos sobre as transições políticas.

### **Problemáticas sobre a Divisão do Tempo Histórico**

Os estudiosos da História desde cedo reconheceram ser o tempo essencial ao estudo do passado. Como refere Chris Lorenz (2017, p. 109), Marc Bloch na sua *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien* designou a História como “a ciência do Homem no tempo”; Jacques Le Goff afirmou ser o tempo a “matéria-prima” dos historiadores; enquanto Jules Michelet o uniu ao próprio conceito de História: “l’Histoire, c’est le temps”. De fato, as problemáticas relativas ao tempo e, sobretudo, à divisão do passado em períodos pré-definidos foram já detalhadamente analisadas e discutidas por autores como Reinhart Koselleck (2002), Lucian Hölscher (1999), François Hartog (2015), Peter Fritzsche (2004), Zachary Schiffman (2011), Achim Landwehr (2014) ou Jacques Le Goff (2015) (LORENZ, 2017, p. 110). Contudo, existirá uma consciência suficientemente enraizada nos pesquisadores sobre o impacto da escolha das balizas cronológicas de uma qualquer investigação nas conclusões a obter?

Qualquer investigação sobre o passado decompõe o tempo de acordo com as preferências, mais ou menos conscientes, do pesquisador (BRAUDEL, 1985, p. 44), sendo necessário “cortar a história no período específico que escolhemos” (POLLITT; BOUCKAERT, 2011, p. 2). Esta divisão do tempo é essencial para o estudo do passado. Permite que os pesquisadores contextualizem os acontecimentos e ofereça-lhes as ferramentas necessárias para a análise dos dados históricos (GEORGE, 2022, p. 1-2).

Porém, como refere Peter Stearns (1987, p. 561), em poucas publicações são discutidos os princípios de diferenciação que estiveram envolvidos na escolha do âmbito cronológico, bem como as alternativas existentes. Além disso, poucos estudos reconhecem explicitamente que esta é uma divisão artificial que pode distorcer a análise dos acontecimentos (GEORGE, 2022, p. 3) e comprometer a visão obtida sobre o passado, nomeadamente através da criação artificial de rupturas ou de continuidades entre períodos. Como referiu Thomas Carlyle num dos seus ensaios, “o nosso relógio toca sempre que a hora muda; mas nenhuma badalada do Relógio do Tempo ressoa no Universo quando se dá uma mudança de Era” (1830 *apud* BLACKBOURN, 2012, p. 301). Por outro lado, se a escolha das balizas cronológicas de qualquer trabalho depende não só da pergunta de investigação, mas também da narrativa subjacente, é importante ter em consideração que a própria narrativa é impactada por essa escolha (WAKABAYASHI, 2019, p. 28).

Do mesmo modo, o tempo não é visto da mesma forma por todas as Ciências Sociais e Humanas. Para os historiadores, *tempo* é ainda quase um sinónimo de tempo cronológico e de discussão baseada na cronologia (LORENZ, 2017, p. 109), não obstante as reflexões feitas por vários estudiosos, entre os quais uma geração ligada à Escola dos Annales, que defenderam a ideia de tempo como construção social e não apenas como parâmetro cronológico (LEE, 2018, p. 71). De fato, os Annales condenaram uma história feita como uma sucessão de eventos reunidos numa cadeia artificial, criticando-os pela sua superficialidade e incapacidade de terem em consideração realidades mais profundas e duráveis: uma história de estruturas (LE GOFF, 1999, p. 3). Por exemplo, o tempo do historiador pode ser considerado mais imperioso e concreto do que o do sociólogo, na medida em que o primeiro se interessa mais pela sequência cronológica, enquanto o segundo não coloca o tempo no centro dos seus problemas e reflexões (BRAUDEL, 2009, p. 197; MENDES, 1987, p. 163). Além disso, é preciso ter em consideração que cada área de estudo das Ciências Sociais e Humanas tem as suas próprias balizas temporais standardizadas (LA RASILLA, 2019, p. 275). Assim, apesar de essencial, a divisão do tempo cronológico só é útil enquanto proporcionar mais descobertas do que obstáculos.

A periodização tem, ainda, uma relação vincada com o nível de conhecimento existente sobre o passado. Quanto mais recuada uma época for, mais longos são os períodos na qual é dividida, exatamente porque menor é o nosso conhecimento sobre a mesma. Veja-se o caso da Pré-História em comparação com a Época Contemporânea. O nosso conhecimento sobre a contemporaneidade permite que esta seja subdividida em períodos bastante mais curtos do que aqueles que separam as sociedades recoletoras das sociedades agropastoris e de metalurgistas. No entanto, tal não invalida que a época contemporânea, apesar de constituir uma “cronologia de malhas apertadas” (GODINHO, 1970, p. 204-205), tenha testemunhado permanências que apenas são verificáveis num prazo mais longo. Esta questão constitui um dos principais obstáculos da periodização.

Eric Hayot, referindo-se aos estudos sobre literatura, afirma existir uma tendência para que os pesquisadores se centrem nas diferenças entre cada período e olhem para as balizas cronológicas escolhidas com um sentido de totalidade, tentando determinar toda a sequência de causas e efeitos da temática em estudo dentro desse tempo pré-definido. Esta matriz de pensamento acaba por, involuntariamente, limitar a compreensão sobre o início, meio e fim de um qualquer processo histórico, encorajando determinadas questões e impossibilitando outras (HAYOT, 2011, p. 744-

746). Por exemplo, Judy Wakabayashi (2019, p. 27) afirma que o foco na continuidade abre portas a conclusões sobre unidade social e homogeneidade, enquanto o foco na mudança levanta questões sobre poder e tensões sociais. Assim, como refere Vitorino Magalhães Godinho (1970, p. 205), “[...] o aparente rigor de certas formalizações, longe de favorecer o progresso da pesquisa pode dificultá-lo, suscitando falsos problemas e mascarando flutuações conceituais e imprecisões dos instrumentos analíticos.”

Do mesmo modo, e contrariamente ao que sucede com o tempo cronológico, nem sempre o tempo histórico se move à mesma velocidade. De fato, este parece acelerar em épocas de ruptura e revolução e desacelerar em períodos de estabilidade ou, como Richard Evans (2000, p. 169) afirma, nas épocas ditatoriais. Além disso, uma mesma periodização não pode ser generalizada a todas as vertentes do passado, pois o político, o econômico, o social, ou as mentalidades se movimentam em ritmos diferentes. Como adverte Reinhart Koselleck, o passado é composto por múltiplas temporalidades, com diferentes origens, durações e velocidades. Assim, os limites temporais do político poderão não ter significado para o social ou para o cultural e estas diferentes camadas temporais nem sempre são sincronizadas, minando a linearidade das divisões cronológicas. Entende-se, assim, como a primazia do político – e das mudanças políticas – na definição das periodizações pode apresentar um efeito de distorção nas investigações, na medida em que tem impacto sobre a definição de mudanças e continuidades noutras áreas (GEORGE, 2022; MENDES, 1987). Se, para Fernand Braudel, “uma suspensão instantânea que detenha todas as durações é, praticamente, um absurdo em si ou – o que é o mesmo – muito artificioso” (1972 apud MENDES, 1987, p. 161), a insistência em agregar as mudanças ocorridas em várias áreas a períodos estandardizados, estabelecidos a partir de marcos políticos, é artificial e inútil (EVANS, 2000, p. 170).

Poderá, assim, ser uma opção metodológica mais frutífera, para o estudo de algumas temáticas, a análise de problemas em vez de períodos, como Lord Acton aconselhou na lição inaugural proferida em Cambridge no ano de 1895 (BLACKBOURN, 2012, p. 302). Este enfoque possibilita a adoção de novas periodizações com diferentes balizas cronológicas, um exercício estimulante e enriquecedor que exige um esforço de justificação destes novos limites temporais, com claros ganhos para a compreensão do passado (MENDES, 1987, p. 159). As novas datas-limite seriam estabelecidas a partir das idiossincrasias do objeto de estudo e não das periodizações pré-estabelecidas e estariam atentas aos diferentes ritmos da mudança, dando voz não só aos acontecimentos que possibilitaram mudanças mais rápidas, mas também às consequências que se expressaram de forma mais lenta (BERKHOFER, 1969, p. 231-232).

### **Noções de Continuidade e Mudança**

Qualquer exercício de periodização implica a existência de princípios que estabeleçam a coerência entre o antes e o depois e determinem o significado dos pontos de viragem na História. Esta coerência e significado são baseados nas noções de *continuidade e mudança*, que resultam de um exercício de inclusão/exclusão de fatos históricos. Como refere a vasta literatura que aborda o conceito de *change management*, subdividir o tempo cronológico implica conseguir definir e reconhecer a mudança, sobretudo aquela que é mais significativa e identificar as diferenças entre o que alguns autores apelidam de mudança contínua e descontínua (POLLITT; BOUCKAERT, 2011, p. 5-6).

De fato, vários autores apontam para o fato de continuidade e mudança serem conceitos gêmeos, como dois lados da mesma moeda, ou seja, nem a continuidade significa a ausência de mudança, nem a mudança exclui a continuidade. A existir, esta continuidade em que, segundo Schopenhauer, nada do que é essencial muda exceto nomes e anos, negaria a própria essência da História, pois uma história que não muda é uma contradição (GERSCHENKRON, 1962, p. 195). Pelo contrário, a continuidade se relaciona mais com a natureza, forma ou intensidade da mudança e não com a sua ausência. Por exemplo, poderíamos afirmar que os tempos de transição deveriam ser caracterizados pela dissolução de continuidades e pela criação de outras. Contudo, se reconhece que, mesmo em épocas de grande tumulto e caos, não existe uma ruptura completa com o passado (GEORGE, 2022; GERHARD, 1956; GREEN, 1992; LORENZ, 2017). Segundo a dialética de Hegel, por mais abrupto que um momento de viragem possa ser, ele resulta sempre de um desenvolvimento contínuo e progressivo (AGASSI, 1973, p. 614). Como definir, então, um momento de continuidade e de descontinuidade/mudança? Tal definição, porventura, dependerá dos conceitos utilizados (GERSCHENKRON, 1962, p. 196).

Martin Seeleib-Kaiser (2008) afirma que em qualquer análise sobre mudança – e, conseqüentemente, sobre continuidade, acrescentamos nós – é essencial uma conceptualização sistemática do termo, de modo a poder se definir o período de tempo em estudo e as ferramentas e categorias que nos permitem decidir se determinado desenvolvimento constitui uma mudança significativa. De fato, foram já apresentadas várias categorizações sobre os mais usuais tipos de continuidade e mudança, sendo que todos os conceitos de continuidade incluem algum nível de mudança. Por um lado, a continuidade pode ser entendida como constância na direção e velocidade de um fenômeno histórico, ou seja, como mudança contínua que tem lugar de forma constante e lenta. Por outro lado, pode, também, ser interpretada como longa corrente causal, considerando que a mudança, por mais brusca que seja, é sempre provocada por um acontecimento anterior. Trata-se do conceito de *path dependency*, segundo o qual qualquer mudança implica a continuidade dos eventos que a causaram. Neste caso, a definição do evento catalisador do processo de mudança e, conseqüentemente, do âmbito cronológico do fenômeno cabe ao pesquisador. Por último, a continuidade pode ser entendida como continuidade progressiva, endógena ou ainda institucional, na qual têm lugar pequenas alterações ao *status quo* e a mudança surge enquadrada nos procedimentos e na estrutura institucionalizada (BELAND; POWELL, 2016; GERSCHENKRON, 1962).

Surgem, também, teorias quanto aos tipos de mudança existentes, sendo que, da mesma forma, estas devem ter em conta os processos de continuidade que se mantêm presentes mesmo em contextos de mudanças rápidas. Utilizando os critérios de Streeck e Thelen (2005), a mudança pode ter lugar por deslocamento, quando as antigas regras são substituídas; por estratificação, quando as novas regras são adicionadas às existentes, provocando revisões e correções; por deriva, quando as regras permanecem iguais, mas a mudança de contexto as faz apresentar aplicações e impactos diferentes; por conversão, quando as regras permanecem, mas são aplicadas de novos modos; ou por exaustão, quando existe uma ruptura e um desaparecimento graduais das instituições. Adicionalmente, autores como Zehavi (2012) confirmam a existência, embora rara, de mudanças dramáticas e rápidas resultantes de choques externos. Refira-se ainda uma última teoria que tem a particularidade de se focar, simultaneamente e com a mesma intensidade, sobre os conceitos de continuidade e mudança. Trata-se do que foi apelidado como equilíbrio pontuado. Apesar de apenas poder ser aplicado a algumas formas de mudança

política, este modelo defende que o processo de mudança funciona como um pião. Girando sobre si mesmo, permite incorporar a mudança sem alterar a sua base de apoio (BELAND; POWELL, 2016, p. 5-10).

Cada uma destas definições permite a inclusão de variações numa linha de continuidade. Deste modo, que variações podem ser incluídas numa narrativa de continuidade e quais devem ser entendidas como rupturas? Para Alexander Gerschenkron (1962, p. 208), tudo depende do pesquisador. Continuidade e ruptura são fruto da sua mão organizadora e não de algo inerente ao fato histórico. É ele quem decide quais as diferenças que devem ser ignoradas em favor das semelhanças; que continuidades podem ser enfatizadas em períodos temporais cheios de eventos que fogem a essa regra; e quais as diferenças de velocidade do processo de mudança que podem ser consideradas descontinuidades.

Claro que esta reflexão é, ela própria, totalmente dependente das perspectivas dos autores chamados à colação, muitos deles apresentando noções extremadas sobre os conceitos de continuidade e mudança. Mas este exercício nos pareceu essencial para chamar a atenção para a maleabilidade destes conceitos e para a fragilidade que estes apresentam perante as opções metodológicas, conscientes ou inconscientes, dos autores. A escolha das balizas cronológicas de uma investigação e o modo como os conceitos de continuidade e mudança são entendidos são profundamente interdependentes.

### **Entre Ditaduras e Democracias**

Uma das temáticas que mais lida com as questões levantadas anteriormente é a das mudanças de regime político. Por um lado, trata-se de um dos principais exemplos do primado do político na escolha das balizas cronológicas de trabalhos de investigação em várias áreas das Ciências Sociais e Humanas. Esta escolha não é, de todo, infundada. Uma mudança de regime implica uma alteração de contexto a vários níveis, que pode causar um ruído desnecessário ao esforço de contextualização desenvolvido pelo pesquisador. Além disso, é totalmente legítimo que o pesquisador pretenda saber como um qualquer processo se desenvolveu dentro dos limites temporais de um determinado regime político. Porém, é necessário entender de que modo as rupturas causadas pela metodologia podem influenciar os resultados obtidos e o modo como olhamos para o passado, encobrindo continuidades e, por vezes, as verdadeiras rupturas.

Segundo António Costa Pinto, o modo como as democracias lidam com o passado autoritário tem sido associado à qualidade do novo regime. É habitual se desenhar uma necessidade de ruptura clara com o passado, considerando que as permanências, nomeadamente em termos do funcionalismo público, acarretam uma diminuição da confiança dos cidadãos nas instituições e no próprio Estado e uma maior possibilidade de boicote às decisões dos novos poderes (PINTO, 2011, p. 1-4). Contudo, é relativamente unânime a ideia de que, embora as mudanças de regime político sejam maioritariamente vistas como momentos de ruptura, estas não deixam de testemunhar inúmeras continuidades. Na verdade, mesmo aquelas continuidades que são apelidadas de “heranças do autoritarismo”, e que podem incluir comportamentos, regras, relações, situações sociais e políticas, normas, procedimentos e instituições introduzidas ou fortalecidas pelo regime autoritário anterior, não são necessariamente limitadoras da democracia (MORLINO, 2011, p. 166-169).

Deste modo, que fatores terão impacto no modo como mudança e continuidade são vistas nestes momentos históricos? A bibliografia avança dois aspectos principais. Por um lado, o modo como a transição teve lugar. Por outro, a forma como a sociedade

saída do processo de transição enquadrando as questões da memória histórica. Entre os critérios utilizados para distinguir entre as diferentes formas de transição política é possível elencar o grau de controlo dos líderes depositos sobre o processo de transição e, conseqüentemente, o grau de acomodação ou confronto entre estes e aqueles que procuravam a mudança; e a identidade dos principais agentes de mudança (MUNCK; LEFF, 1997, p. 344). Nesta linha de pensamento, Terry Karl categorizou quatro modelos de transição para a democracia. No primeiro, as democracias surgem como resultado de um compromisso. Segue-se a via revolucionária, quando resultam de uma estratégia baseada na força. Os dois últimos modelos se relacionam com a identidade das classes dominantes e com a sua relação com as demais. Por um lado, surgem as transições nas quais os grupos que lideram, sendo mais ou menos fortes, têm ainda ascendência sobre as massas. Por outro, as transições nas quais as massas passam a liderar ou têm o mesmo poder das classes dominantes. A América Latina é um campo de estudo muito relevante sobre esta temática, tendo experienciado os quatro modelos referidos (KARL, 1990, p. 8).

Ligado a esta temática, Leonardo Morlino chama a atenção para os legados do autoritarismo que persistiram nas democracias da Europa do Sul, definindo-os como “todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidos como vigorosa e visivelmente fortalecidos pelo regime autoritário imediatamente anterior” (GALLO, 2022, p. 6). O autor advoga que, sobretudo em casos de transições contínuas, isto é, transições que ocorrem dentro das leis e procedimentos estabelecidos pelo regime, é possível encontrar, em todos os níveis, aspectos e características do regime anterior que voltam a aparecer (MORLINO, 1982, p. 104-114). Terá, então, o carácter da transição política influência no nível de continuidades e rupturas experienciados? É fácil entender os argumentos dos estudos que defendem que as permanências são mais viáveis em transições pactuadas, devido ao maior controle exercido pelas antigas classes dirigentes no processo de instauração da democracia (GALLO, 2022, p. 7). É o caso de Espanha, onde a ditadura conseguiu impor alguns dos seus objetivos, entre os quais a própria sucessão de Franco, ou do Brasil, país onde a transição foi caracterizada pelo ritmo lento das reformas desencadeadas e pelo carácter moderado da mudança (DINIZ, 2022; GALLO, 2022). Por outro lado, em países como Portugal ou a Argentina, que viveram transições por ruptura, as antigas elites teriam tido pouca margem de manobra para controlar a mudança de regime e os seus legados seriam mais facilmente afastados (GALLO, 2022, p. 4). Contudo, também nestes países são visíveis várias permanências. As decisões dos autores políticos numa transição de regime têm de estabelecer novas regras e modelos, porém, estes não têm necessariamente de representar importantes rupturas com o passado (KARL, 1990; SANTAMARIA, 1982). Como verificamos anteriormente, a sua apreciação dependerá do conceito de *continuidade* e *mudança* utilizado e da área em estudo, pois, paralelamente a mudanças no campo político, poderão ser verificadas continuidades noutras áreas.

Um outro aspecto relevante na análise da problemática da continuidade *versus* ruptura se relaciona com o modo como as democracias recordam as ditaduras e as épocas de transição, bem como com a forma como a memória destes períodos foi enquadrada pelos novos regimes. À partida, transições pactuadas ou por ruptura divergem no modo como a memória e os discursos sobre o passado são expressos e no lugar que lhes é atribuído. É comum a existência de memórias e discursos paralelos, entre aqueles que se mantêm ligados ao discurso vigente na ditadura (GENRO, 2010, p. 127-

128) e pretendem legitimar a memória histórica dominante no passado, e aqueles que criam diferentes representações do passado e “permitem observar uma memória social que dispõe de vários mecanismos de sobrevivência para escapar à dominação” (CARDOSO, 1994, p. 179). Também esta dialética tem impacto nas noções de continuidade e ruptura entre regimes, sendo as mudanças mais valorizadas em transições por ruptura, enquanto nas transições pactuadas são mais comuns intrincadas articulações entre tentativas de esquecimento e de legitimação do passado.

## O Dossiê Temático

Os cinco artigos que compõem este dossiê temático têm a particularidade de permitir a reflexão e a análise empírica sobre as questões apresentadas anteriormente, concretizando-as através de estudos de caso marcados pela diversidade temática, geográfica e científica. Da História à Política, passando pelo Direito e pela Literatura, do Brasil às ruas do Cairo, os artigos que se apresentam demonstram como análises transversais entre regimes políticos podem trazer novas perspectivas sobre os mesmos e os seus elementos de continuidade e ruptura. Demonstram como as conclusões retiradas do estudo de várias temáticas se transformam quando estas são analisadas rompendo as balizas cronológicas mais habituais; indicam como os vários segmentos da História não se movem todos à mesma velocidade nem na mesma direção; e provam como alguns dos momentos de ruptura tidos como consensuais são, de fato, fruto de construções com diversas origens e motivações.

O dossier inicia com o artigo *Redemocratização de 1945: evidências de uma “quase conjuntura crítica”*, de Rogério Schlegel. O autor explora e problematiza os conceitos de *continuidade*, *descontinuidade* e *mudança* na transição para a democracia no Brasil durante a década de 1940, analisando o impacto deste processo nos movimentos de centralização e descentralização na federação brasileira. O autor começa por analisar os mais conhecidos modelos explicativos dos processos de continuidade e mudança e seus mecanismos, sendo esta a base teórica e metodológica da reflexão desenvolvida sobre o objeto de estudo. Ao final, Schlegel conclui com os benefícios de uma análise que ultrapasse os ciclos políticos para o melhor entendimento da temática, enquanto chama a atenção para a necessidade de se considerar a diversidade de dinâmicas, tempos e percursos apresentados por áreas diversas, desde a esfera política à fiscal ou administrativa.

O caso brasileiro continua a ser analisado no artigo *A construção de um inimigo a ser combatido e as justificativas ao golpe militar: uma análise comunicacional no Jornal do Brasil entre 1960-1964*, de Felipe de Araújo Chersoni. Chersoni alerta para o impacto da construção e disseminação propositada de um discurso anticomunista que serviu de base à criação de uma opinião pública favorável à instauração de uma ditadura militar no Brasil. A análise das páginas do *Jornal do Brasil* demonstra como o terreno para o golpe de Estado de 1964 foi preparado anos antes, evidenciando as continuidades subjacentes a um momento de ruptura. O autor analisa o golpe militar como uma construção baseada em narrativas cuidadosamente preparadas, que evidenciam um cenário de caos inexistente e justificam a intervenção militar como uma solução de emergência, alcançando a conseqüente aceitação do golpe por uma camada alargada da população. O autor alerta ainda para a permanência da utilização de meios semelhantes no presente, que se consubstanciam como perigos para a democracia, pelo que se torna cada vez mais importante saber reconhecer as formas de construção de um discurso como meio para a sua desconstrução.

Do Brasil viajamos para o Egito com o artigo *Quantas vezes se deve romper com um regime para precipitar seu fim? Uma interpelação ao Egito pós-Mubārak*. Potyguara Alencar dos Santos passa em revista eventos e protagonistas conotados com três momentos tidos como de ruptura, num período de análise que se estende do Egito colonial moderno ao período posterior à renúncia de Ḥusnī Mubārak. Em sua análise, o autor conclui de que modo diferentes atores, utilizando diferentes símbolos comunicativos, acabam por produzir semelhantes resultados representacionais do poder. Usando as ruas do Cairo durante os protestos de 2011 como campo de estudo, verifica-se uma permanência de atitudes e comportamentos que extrapola regimes políticos e seus protagonistas. O autor levanta, assim, a questão sobre a verdadeira eficácia das rupturas políticas como meio de pôr fim a práticas que, apesar de criticadas, tendem a ser apropriadas pelos novos atores.

A interligação entre continuidades e rupturas e o modo como estas impactam o presente se torna muito evidente na análise de organismos públicos que perpassaram regimes e tiveram de se adaptar a novas realidades políticas e sociais. Em *A construção do Ministério Público: da ditadura à Lava Jato*, Eduardo Ramos analisa a evolução deste órgão desde o período anterior à Constituição de 1988, refletindo sobre o modo como a sua história ajuda a explicar muitas das suas características e potencialidades atuais. O autor conclui que a capacidade demonstrada pelo Ministério Público em casos como a Operação Lava Jato só foi possível devido à ação dos governos democráticos após 1988, que dotaram a instituição de instrumentos e prerrogativas que lhe permitem atuar com autonomia no presente.

O último artigo deste dossiê atenta nas rupturas e continuidades expressas em obras literárias criadas em momentos de transição. Em *Fatos e testemunhas de uma história instrutiva: a ficção de Sérgio Sant'Anna e a "geração 64" entre a ditadura e a democracia no Brasil (1975 e 1981)*, Francisco Alysson Silva Pinheiro discorre sobre duas obras ficcionais de Sérgio Sant'Anna e a sua relação com o modo como a História lida com o passado ditatorial brasileiro e influencia a memória coletiva. São discutidas as rupturas e continuidades verificadas ao nível da produção de uma memória relativa à "geração 64" e se atenta sobre o modo como o contexto histórico de "abertura política" no qual os textos foram escritos influenciou a narrativa do período ditatorial.

Os textos apresentados neste dossiê têm a particularidade de extrapolar suas próprias temáticas. Em conjunto, eles demonstram ser imprescindível que se ultrapassem barreiras epistemológicas, metodológicas, políticas e de memória no estudo das transições. Não só porque dessa revisão depende a completa compreensão de processos históricos, sociológicos, econômicos, culturais e artísticos, mas também porque somente através da lente da continuidade é possível identificar as verdadeiras rupturas, bem como os mecanismos de adaptação e de reconversão da memória que ainda hoje apresentam impacto na sociedade.

## Referências

- AGASSI, Joseph. Continuity and discontinuity in the History of Science. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v. 34, n. 4, p. 609-626, 1973.
- BELAND, Daniel; POWELL, Martin. Continuity and change in social policy. *Social Policy and Administration*, Oxford, v. 50, n. 2, p. 129-147, 2016.
- BERKHOFER, Robert. *A behavioral approach to historical analysis*. New York: The Free Press, 1969.
- BLACKBOURN, David. The horologe of time: periodization in history. *PMLA*, Cambridge, v. 127, n. 2, p. 301-307, mar. 2012.

- BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Éditions Flammarion, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. History and the social sciences: the longue durée. *Review*, New York, v. 32, n. 2, p. 171-203, 2009.
- BROWN, Marshall. Periods and resistances. *MLQ: Modern Language Quarterly*, Durham, v. 62, n. 4, p. 309-316, 2001.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 179-196, 1994.
- CARR, Edward Hallet. *O que é a história?* Lisboa: Gradiva, 1986.
- DINIZ, Elí. A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 65-88, 2022.
- EVANS, Richard. *Em defesa da história*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Réponse à une question. *Esprit*, Paris, n. 371, p. 850-873, maio 1968.
- FRITZSCHE, Peter. *Stranded in the present: modern time and the melancholy of history*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- GALLO, Carlos Artur. A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 38, p. 1-31, 2022.
- GENRO, Tarso. *Direito, constituição e transição democrática no Brasil*. Brasília: Francis, 2010.
- GEORGE, Lucian. Introduction. Periodization challenges and challenging periodization: interdisciplinary reflections. In: GEORGE, Lucian; MCGLYNN, Jade (org.). *Rethinking period boundaries: new approaches to continuity and discontinuity in modern European history and culture*. Berlin: Walter de Gruyter, 2022. p. 1-34.
- GERHARD, Dietrich. Periodization in European History. *The American Historical Review*, Washington, v. 61, n. 4, p. 900-913, jul. 1956.
- GERSCHENKRON, Alexander. On the concept of continuity in history. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Philadelphia, v. 106, n. 3, p. 195-209, jun. 1962.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Teoria da História e Historiografia: devir e estrutura. In: CHAVES, Maria Adelaide (org.). *Formas de pensamento em Portugal no século XV*. Viseu: Livros Horizonte, 1970. p. 197-208.
- GREEN, William. Periodization in European and World History. *Journal of World History*, Ogden, v. 3, n. 1, p. 13-53, 1992.
- HARTOG, François. *Regimes of historicity: presentism and experiences of time*. New York: Columbia University Press, 2015.
- HAYOT, Eric. Against periodization; or, on institutional time. *New Literary History*, Baltimore, v. 42, n. 4, p. 739-756, 2011.
- HÖLSCHER, Lucian. *The discovery of the future*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1999.
- KARL, Terry Lynn. Dilemmas of democratization in Latin America. *Comparative Politics*, New York, v. 23, n. 1, p. 1-21, out. 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Redwood City: Stanford University Press, 2002.
- LA RASILLA, Ignacio de. The problem of periodization in the history of international law. *Law and History Review*, Cambridge, v. 37, n. 1, p. 275-308, 2019.
- LANDWEHR, Achim. *Birth of the present: a history of time in the seventeenth century*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 2014.
- LE GOFF, Jacques. *Must we periodize history into periods?* New York: Columbia University Press, 2015.
- LE GOFF, Jacques. Les 'retours' dans l'historiographie française actuelle. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, [s.l.], n. 22, 1999. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ccrh/2322>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- LEE, Richard. Lessons of the Longue Durée: the legacy of Fernand Braudel. *Historia Crítica*, Bogotá, n. 69, p. 69-77, jul. 2018.

LORENZ, Chris. 'The times they are a-changin': on time, space and periodization in history. In: CARRETERO, Mario; BERGER, Stefan; GREVER, Maria (ed.). *Palgrave Handbook of research in historical culture and education*. Houndmills: Palgrave, 2017. p. 109-133.

MENDES, José. *A história como ciência: fontes, metodologia e teorização*. Coimbra: Coimbra Editora, 1987.

MORLINO, Leonardo. Authoritarian legacies, politics of the past and the quality of democracy in southern Europe: open conclusions. In: PINTO, António Costa; MORLINO, Leonardo (eds.). *Dealing with the legacy of authoritarianism: the "politics of the past" in Southern European democracies*. London; New York: Routledge, 2011. p.165-187.

MORLINO, Leonardo. Del fascismo a una democracia débil: el cambio de régimen en Italia (1939-1948). In: SANTAMARIA, Julián (coord.). *Transición a la democracia en el sur de Europa y América Latina*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1982. p. 93-150.

MUNCK, Gerardo; LEFF, Carol Skalnik. Modes of transition and democratization: South America and Eastern Europe in comparative perspective. *Comparative Politics*, New York, v. 29, n. 3, p. 343-362, abr. 1997.

PINTO, António Costa. Introduction: The authoritarian past and South European democracies: an introduction. In: PINTO, António Costa; MORLINO, Leonardo (ed.). *Dealing with the legacy of authoritarianism: the "politics of the past" in Southern European democracies*. London; New York: Routledge, 2011. p. 1-20.

POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert. *Continuity and change in public policy and management*. Cheltenham; Camberley; Northampton: Edward Elgar Publishing, 2011.

REIS, Annelyze. Historiador: leitor do tempo. In: RAMOS, Francisco (org.). *História, memória e historiografia*. Sobral, CE: Sertão Cult, 2020. p. 439-446.

SANTAMARIA, Julián. Transición controlada y dificultades de consolidación: el ejemplo español. In: SANTAMARIA, Julián (coord.). *Transición a la democracia en el sur de Europa y América Latina*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1982. p. 371-417.

SCHIFFMAN, Zachary. *The birth of the past*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

SEELEIB-KAISER, Martin. Welfare State transformations in comparative perspective: shifting boundaries of 'public' and 'private' social policy. In: SEELEIB-KAISER, Martin (ed.). *Welfare State transformations: comparative perspectives*. Basingstoke: Macmillan, 2008. p. 1-13.

STEARNS, Peter. Periodization in world history teaching: identifying the big changes. *The History Teacher*, Long Beach, v. 20, n. 4, p. 561-580, ago. 1987.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (ed.). *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WAKABAYASHI, Judy. Time matters: conceptual and methodological considerations in translation timescapes. *Chronotopos - A Journal of Translation History*, Vienna, v. 1, n. 1, p. 22-39, 2019.

ZEHAVI, Amos. A reform less ordinary? Historical institutionalism, punctuated equilibrium, and mental health care privatization. *Administration and Society*, Thousand Oaks, v. 44, n. 6, p. 731-753, 2012.

\*Minicurriculo da Autora:

**Ana Carina Azevedo**. Doutora em História pela Universidade Nova de Lisboa (2014). Bolsista de Pós-Doutorado junto ao Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet da Universidade de Coimbra. Pesquisa financiada pela FCT, Portugal (SFRH/BPD/113250/2015). E-mail: aazevedo@fcsh.unl.pt.